

FLEXIBILIZAÇÃO DO TRABALHO

A RISPIDEZ DO CAPITAL INTERNACIONAL

*Marta da Silveira Luedemann**

*“Quando os grandes poderes se
uniram contra os trabalhadores.”*

Bertolt Brecht

FLEXIBILIZAÇÃO DO TRABALHO OU FIM DO EMPREGO?

Do mesmo modo como os ludditas, no início do século 19, confundiram a máquina com o anseio do proprietário da máquina, destruindo seu próprio meio de trabalho e sobrevivência, ocorre certa confusão entre produção flexível e flexibilização do trabalho. “Era mister – escreveu Marx – tempo e experiência para o trabalhador aprender a distinguir a maquinaria de sua aplicação capitalista e atacar não os meios materiais de produção, mas a forma social em que são explorados (...) As lutas por salário dentro da manufatura pressupunham a manufatura e não se dirigiam contra sua existência” (Marx, 1980, p. 490-491).

No Japão a flexibilização do trabalho surgiu com a adoção do sistema toyotista (ou produção flexível), eliminando parte dos trabalhadores regulares na década de 1950, instituindo o emprego vitalício para até 40% dos funcionários das empresas, implantando o trabalho temporário – para completar o quadro de funcionários quando houvesse

aumento da produção – e, ainda, impondo os sindicatos corporativos de empresa em substituição aos sindicatos por categoria (combativos), minimizando a organização sindical. A instauração de ambiente coercitivo impôs aos trabalhadores maior dedicação (Coriat, 1994; Hirata e Zafirian, 1991), contudo, o Estado japonês não abriu o mercado interno às importações, como também não desnacionalizou sua economia e nem estabeleceu políticas recessivas, mantendo relativa desvalorização do iene frente ao dólar (aproximadamente 1 dólar para 120 ienes, conforme Gazeta Mercantil, 18/2/2003). A economia japonesa cresceu absorvendo tecnologias avançadas, sem comprometer a autonomia do seu parque industrial e desmontando os mercados monopolizados da Europa e dos EUA em vários setores da economia (Mamigonian, 1982).

No Brasil e demais países da América Latina, a flexibilização do trabalho surge como a possibilidade de eliminação de direitos adquiridos pelos trabalhadores do mercado formal, com contrato de trabalho. No Brasil, a

Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) regulamenta o trabalho formal, garantindo férias remuneradas por 30 dias, 13º salário, fundo de garantia por tempo de serviço, licenças maternidade e paternidade, aposentadoria por tempo de serviço, etc. Essa flexibilização adquire dimensões críticas quando o exército industrial de reserva (EIR), ou seja, o número de desempregados e subempregados aumenta de maneira a contribuir com o enfraquecimento do poder de barganha da classe trabalhadora. O capital intensifica a taxa de exploração em locais onde a organização sindical é fraca ou nula, e nos grandes centros industriais disciplina os trabalhadores com a ameaça do desemprego, diante do aumento contínuo do EIR. Nesse contexto, os contingentes de imigrantes tanto podem contribuir para a precarização do trabalho, como constituírem fonte de aumento da taxa de exploração: “Nos EUA, o ramo de confecções foi apontado no *Financial Times* pelo próprio Secretário do Trabalho, Robert Reich, como um reduto de trabalho escravo disfarçado, conhecido como *sweatshops*, no qual

imigrantes orientais ou 'chicanos' são submetidos a jornadas de 18 horas de trabalho" (Meneleu Neto, 1996, p. 92). Desde a 2ª Guerra Mundial, a Alemanha abastece seu mercado de trabalho com imigrantes turcos, a Inglaterra com indianos, a França com africanos e os EUA com latino-americanos. O Brasil garantiu o trabalho informal e a manutenção do seu exército industrial de reserva nos grandes centros industriais com as migrações internas, e na década de 1990 com os imigrantes bolivianos completando as fileiras do trabalho superexplorado.

No Brasil o "desemprego tecnológico", a inflação e a crise foram os principais argumentos das instituições financeiras internacionais (FMI, Banco Mundial, entre outros) e dos governos na aplicação das políticas neoliberais a partir de 1990. No início da década, disseminou-se a idéia de que o desemprego era obra da introdução de robôs, máquinas automatizadas, etc., na linha de produção, com a justificativa do aumento da concorrência em consequência da crise. Em outras palavras, os governos de Collor de Melo e Fernando Henrique, através dos meios de comunicação, disseminaram a idéia do desemprego como consequência da substituição da máquina pelo homem e a inflação tornou-se a vilã de todo o mal, sobretudo da crise econômica. A flexibilização do trabalho apareceu no discurso neoliberal como justificativa da globalização e do novo modelo organizacional e produtivo – o Éden a ser alcançado com a contribuição de todos na desregulamentação do trabalho –, em síntese, o fim do emprego. Desta forma as políticas neoliberais aprofundaram a crise e acobertaram a realidade até o final da década, quando os índices de insatisfação da população frente ao governo FHC oscilaram entre 60% a 70%. Assim sendo, a flexibilização do trabalho ressalta a luta de classes no século XXI, ao contrário do que os ideólogos do neoliberalismo costumam proclamar.

A FLEXIBILIZAÇÃO DO "MODELO JAPONÊS" NO OCIDENTE: COM ESTADO NO CENTRO E SEM ESTADO NA PERIFERIA

O termo "produção flexível" apresenta vários sinônimos na literatura científica: "produção enxuta" (termo que se consagrou no meio empresarial, sendo comum no Brasil encontrá-lo em inglês, *lean production*), "fábrica mínima", "ohnismo", "toyotismo", "modelo japonês". Utilizaremos aqui, com mais frequência, o termo toyotismo e "modelo japonês", mesmo conhecidas as razões que levam Boyer e Freyssenet (2001)¹ a não generalizarem o termo e sua abrangência. Trataremos do toyotismo nos seguintes aspectos: a) um conjunto de técnicas e sistemas de organização da produção e do trabalho, consistindo em extrair máximo proveito de trabalho vivo e trabalho morto, com funcionários que executam várias funções (plurifuncionalidade, polivalência, etc.), utilizando intensivamente novas tecnologias de processos e de produção, como por exemplo a informática, robótica, máquinas e ferramentas automatizadas e especializadas, etc., substituindo o trabalho humano; b) produção diversificada, que responde mais rápido ao mercado, disponibilizando um maior número de produtos com inovações; c) gestão de estoques fora da fábrica, através da utilização dos sistemas *just in time* e *kan ban*, responsáveis pelo fornecimento da linha de produção no tempo e na quantidade e qualidade determinada, conforme as vendas efetuadas; d) sujeição dos funcionários e fornecedores às imposições técnicas e organizacionais, que não admitem greves e paralisações, através de práticas

rígidas de produtividade; e) controle acionário dos fornecedores pela empresa central ou montadora.

O toyotismo surge na década de 1940 como resposta aos mercados cartelizados da regulação fordista, rompendo a morosidade tecnológica, aplicando as inovações técnicas em produtos e em processos de produção que os grandes grupos industriais não se viam obrigados a aplicar. Na conjunção de formação social com forte relação entre Estado, capital financeiro e capital industrial, o Japão conseguiu absorver tecnologia de ponta e participar do mercado mundial nos setores fortemente monopolizados (aço, automobilístico, informática, eletroeletrônico, naval, etc). Desde a década de 1960 os produtos japoneses eram importados pelos EUA, mas a partir da década de 1970, acirra-se a concorrência com similares norte-americanos. No início dos anos 1980, devido às medidas restritivas de importação de veículos japoneses nos EUA, o Japão propõe os "transplantes" automobilísticos, ou seja, construção de fábricas de empresas japonesas nos EUA associadas com as empresas locais, impedindo o fechamento do mercado norte-americano aos produtos japoneses.

Conforme Antunes (1995) a flexibilização do trabalho no Ocidente inicia-se a partir da crise dos anos 70, que exigiu a reestruturação do capital. Este fato, associado à transição do leste europeu para a economia de mercado e à subordinação da esquerda aos interesses capitalistas, afetou profundamente os sindicatos de esquerda, que passaram a assimilar elementos do neoliberalismo.

Na relação capital-trabalho, a Toyota no Japão foi uma das primeiras empresas a instituir o ostracismo (Coriat, 1994), retirando dos funcionários os direitos sindicais, criando os sindicatos de empresa ou corporativos e abolindo o sindicalismo de categoria. A produção flexível se propagou por toda a economia, e o emprego vitalício (na

ordem de 30% a 40% dos funcionários das empresas) foi estabelecido como forma de conter a migração do conhecimento prático dos trabalhadores. O trabalho temporário absorveu posteriormente os imigrantes *dekassegui*, que não possuem seguridade social e recebem salários inferiores. O Estado japonês, por sua vez, não abriu mão do controle da economia e das suas principais diretrizes, estabelecidas nos planos de desenvolvimento nacional.

No Ocidente o capital absorveu as técnicas organizacionais, com a emergência das políticas neoliberais tornando mais precárias as condições de vida da classe trabalhadora, uma vez que houve a anulação de sindicatos fortes e combativos.

Na segunda metade da década de 1980, formaram-se as ideologias que proclamaram o fim do Estado de Bem Estar Social. Isso decorre da crise do 4º Kondratieff, iniciada em 1973, cujo epicentro deu-se nos EUA, propagando-se pelos países centrais e afetando, em seguida, a periferia do sistema. Nesse período, o ideário “neoliberal” ascendeu na Europa e nos EUA e teve sua aplicação prática nos países a eles subordinados. O antigo liberalismo foi adaptado às contingências do momento: ampliação rápida dos mercados, principalmente nas nações em desenvolvimento, com menor controle do Estado na economia e desregulamentação dos direitos da classe trabalhadora. “Para os intelectuais que não estão alugados aos interesses norte-americanos é visível a olho nu que as idéias de enfraquecimento do papel do Estado nacional na conjuntura atual não passam de ilusão” (Mamigonian, 1999).

O centro do sistema, em comparação com a periferia, estabeleceu medidas mínimas de abertura econômica e desregulamentação dos direitos trabalhistas. Conforme Batista Jr. (1997), a “globalização” é um desdobramento do “neoliberalismo”, enquanto que esse “neoliberalismo”, na sua essência, propagandeia para a

periferia o fim do Estado regulador e a liberalização da economia e do direito trabalhista. O Estado, nos países industrializados, “nem mesmo interrompeu a tendência de aumento do peso do governo, medido por indicadores agregados como a relação entre a despesa e a receita públicas e o PIB” (p. 25).

De que forma o Japão, na ponta do desenvolvimento tecnológico, apresenta os menores índices de desemprego do centro do sistema? Isto ocorre pelo ancoramento da economia em políticas industriais e planejamento econômico associados com a reestruturação produtiva.

Conforme Pochmann (2001), os anos 1990, para o Brasil, apresentam os mais baixos índices de desempenho da economia, em comparação com as décadas anteriores. As variações do PIB foram baixas, havendo estagnação da renda *per capita*, aumento do endividamento externo e interno, diminuição de investimentos sociais e, conseqüentemente, intensificação do desemprego pela política de privatização e desnacionalização. A adoção de políticas monetaristas – em substituição das políticas industriais –, pelos governos da última década, ocorreu através do câmbio supervalorizado, forte queda nas taxas de importação e juros elevados que provocaram a concorrência desleal entre capital nacional e capital estrangeiro. Por causa disso, muitas empresas faliram, foram vendidas ou transformaram-se de produtoras em importadoras (empresas de fabricação de máquinas e equipamentos, brinquedos, etc.). Essas políticas revelaram-se um atraso econômico para o país, porque promoveram o aumento da dependência externa, com inversão da balança comercial de positiva para negativa. Também o fechamento de postos de trabalho e demissões em massa não resultam apenas da crise internacional, mas da adoção de políticas liberalizantes. Nos anos 90 o governo abriu o mercado à concorrência

internacional como nenhum país de centro do sistema capitalista abriu, porque a concorrência estabelecida promoveu a quebra de quase 50% das empresas nacionais, afetando diretamente as taxas de emprego e desemprego.

No conjunto das políticas neoliberais, os investimentos em ciência e tecnologia diminuíram fortemente. De certa forma, a política de produção científica e técnica foi substituída pela importação de tecnologias, aumentando o pagamento de *royalties* e patentes internacionais, tornando o país mais dependente. Tais políticas não geraram emprego qualificado no território brasileiro, com o crescimento do emprego informal e de baixa qualificação. Também os novos investimentos estrangeiros no país promoveram a “guerra fiscal” – processo que além de acirrar disputas entre unidades da federação, gerou um endividamento por mais de 10 anos para os estados e municípios “escolhidos”. A “guerra fiscal” em particular, manteve a concentração de investimentos em regiões mais desenvolvidas (São Paulo, Paraná, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Bahia, principalmente), enquanto que a abertura comercial e ausência de políticas de desenvolvimento promoveram a decadência de pólos industriais em cidades médias e aumento do desemprego para além das regiões Sul e Sudeste. Outro dado sobre o conteúdo ideológico das políticas neoliberais, ainda na década de 1990, constitui o fato do emprego formal não ter aumentado com a aplicação da desregulamentação do trabalho, ao contrário, as taxas de desemprego chegaram a índices próximos de 1930, com aproximadamente 3,2 milhões de postos de trabalho fechados. Por fim, o salário mínimo alcançou o nível mais baixo dos últimos 60 anos com a retirada do Estado da regularização do salário base, pauperizando ainda mais grande parte da classe trabalhadora, sem sequer ampliar o nível de emprego. As políticas

liberais concentraram esforços na eliminação dos direitos trabalhistas, criados no governo Vargas ao invés de promover a reforma agrária, a reforma urbana e a reforma tributária (Pochmann, 2001).

QUAL É A CRISE?

A racionalização da produção é freqüente no capitalismo, havendo períodos em que a revolução tecnológica impõe-se como necessidade vital para a manutenção do capital, o que ocorre em determinados períodos de crise. Conforme Mamigonian (1990), para reverter a tendência de queda na taxa de lucro (K. Marx, 1980), impõe-se a superação da base técnica da produção, da organização do trabalho e de novos setores e segmentos produtivos. Dessa maneira, um padrão se apresenta nas revoluções industriais: ocorrem na periferia do sistema; introduzem inovações de produtos, de processos produtivos e organizacionais na economia e sociedade; utilizam nova base técnica e baixíssimos custos; abertura de novos segmentos e ou setores na economia; revolucionam as bases energéticas; e, introduzem novos meios de transporte (Mamigonian, 1982; 1990)².

Observa-se, então, que desde o advento da indústria o capitalismo mundial produziu três revoluções industriais³, com intervalos de aproximadamente cem anos. Verifica-se também a ocorrência de períodos de crise e de expansão do capitalismo no mundo, que surgem nos países industrializados e se expandem para as demais economias capitalistas. Estes ciclos foram estudados inicialmente pelo economista russo Nicolai Kondratieff – e posteriormente por Schumpeter, Mandel, etc. –, que verificou ciclos de aproximadamente 50 a 60 anos, os quais são divididos por uma fase de expansão e outra fase de retração. Denominados ciclos de Kondratieff, foram observados quatro ciclos longos: 1790-1848, 1848-

1896, 1896-1948, 1948-? (Mamigonian, 1990). Estamos, atualmente, na transição da fase recessiva do 4º Kondratieff para a fase expansiva do próximo ciclo, no processo de formação da III Revolução Industrial, na transição da acumulação fordista para a acumulação flexível, vivendo a crise da base energética.

Conforme Mamigonian (1990), “Nas fases de expansão dos ciclos longos (...) o centro do sistema tem necessidade de mais matérias-primas, alimentos e mercados consumidores da periferia, tendo interesse em aprofundar a divisão internacional do trabalho, incorporar novos territórios, resultando em conjunturas de grande investimento, tanto no centro quanto na periferia. Nas fases de depressão dos ciclos longos (...), diminuindo o ritmo econômico do centro do sistema, vai ocorrendo uma contração das quantidades e dos preços das matérias-primas e alimentos produzidos na periferia” (p.81).

Desde a década de 1980, e mais intensivamente nos anos 1990, os países centrais estão investindo na modernização do parque industrial, com a intenção de conter o forte avanço dos produtos asiáticos, priorizando a reestruturação industrial. Paulo N. Batista Jr. (1997), verificou que através do aumento da dívida pública líquida em relação ao PIB nos países industrializados, há um claro esforço governamental para a superação da crise, diferentemente das imposições feitas pelas instituições financeiras internacionais para os países periféricos. Entre as nações do Grupo dos 7 países mais industrializados do mundo (G-7), “a média ponderada da carga tributária cresceu de 33,5% em 1978-82 para 35,9% em 1991-95. (...) o déficit médio cresceu de 2,9% do PIB em 1978-82 para 3,5% em 1991-95, apesar da importância atribuída ao ajuste das contas públicas pela retórica ‘neoliberal’ (...) a dívida pública bruta subiu de uma média de 42,6% do PIB em 1978-82 para 66,2% em 1991-95. Em termos líquidos, o endividamento governamental quase

dobrou nesse período, passando de 22% para 40,4% do PIB, em média (...). No plano da política de comércio exterior, também é notável a distância entre retórica e realidade. Enquanto as barreiras comerciais vêm descendo no Sul, o movimento no Norte tem sido na direção oposta. Nos países desenvolvidos, as tarifas diminuíram, em geral, no contexto de acordos regionais ou multilaterais de liberalização comercial, mas foram substituídas por amplo espectro de medidas não-tarifárias de controle das importações” (p. 28-29).

Temos, então, elementos relacionados interferindo nas relações de trabalho que culminaram na flexibilização do trabalho: a crise do 4º ciclo longo de acumulação; a terceira revolução industrial, que criou o toyotismo; a dissolução do bloco socialista no Leste Europeu, com o fim da URSS; a ascensão do neoliberalismo no Ocidente; a intensificação da subordinação da periferia ao centro do sistema, através das imposições do capital especulativo, da globalização (abertura dos mercados) e da desnacionalização das empresas, ratificando e aprofundando a precarização do trabalho nos países de terceiro mundo.

COMO TUDO ISSO CONVIVE NO ESPAÇO DA FÁBRICA?

A distribuição do conhecimento prático de cada operário para todos os colegas do grupo de trabalho, através da introdução da multifuncionalidade, torna os funcionários mais frágeis em períodos recessivos, permitindo à empresa demitir funcionários sem afetar a organização do trabalho – ao contrário do período do taylorismo-fordismo, quando o operário detinha conhecimento especializado e exercia apenas uma função. A organização da planta da fábrica toyotista cria novas formas de arranjo de máquinas e equipamentos, de forma

a dispor várias máquinas para o mínimo de trabalhadores operarem. Robôs podem tanto substituir operários quanto criar novas funções, mas, no computo geral a eliminação de postos de trabalho é o que prevalece. E, muitas vezes, um equipamento simples (talhas, suportes hidramáticos, braço mecânico, torque automático, etc.), pode eliminar trabalhadores. A questão para os proprietários dos meios de produção é: quando é mais viável introduzir equipamentos robotizados, automatizados ou informatizados, para melhorar a qualidade da produção e diminuir mão-de-obra? Se observarmos as montadoras de caminhões e ônibus, o uso de robôs é mínimo, devido a relação entre custo de manutenção, ociosidade e gasto de energia ser superior ao assalariamento da mão-de-obra local, porque a produção de veículos comerciais é menor do que a produção de automóveis.

As células de produção, por exemplo, permitiram em algumas empresas a redução de custos a partir da redução de níveis hierárquicos (mestres, encarregados, graus de chefias, subgerências), eliminação de postos de trabalho e alteração na estrutura salarial. Em entrevista com funcionários da produção de uma montadora em São Bernardo do Campo (SP), em 1995, durante a implantação das células de produção, foi relatado que um líder de célula receberia um aumento de 7% no salário, mas no computo geral os trabalhadores estariam recebendo salário proporcionalmente menor. Isto ocorreria porque a própria instituição da célula com o líder eliminaria a função de inspetor (que detinha 14% a mais sobre o salário do funcionário) e a função de preparador de máquinas (com 25% de aumento sobre o salário). Então, cada um dos 12 integrantes de célula de produção, com a mudança na organização do trabalho, tornar-se-iam responsáveis pelo desempenho das funções do inspetor e do preparador de máquinas sem qualquer acréscimo no

salário. O líder de célula, por sua vez, tanto coordenaria o grupo nos aspectos gerais, quanto faria o mesmo serviço dos demais trabalhadores da célula, recebendo um adicional no salário de 7%. Assim, conforme os entrevistados relataram, todos os trabalhadores ampliaram as responsabilidades em suas funções, sem aumento proporcional de salário. Este é apenas um exemplo de um dos aspectos da reestruturação organizacional.

No que se refere à fábrica “enxuta”, nas plantas antigas as empresas têm encontrado várias formas de “enxugar” trabalhadores. Diante da resistência dos operários e sindicatos às demissões em massa, seriam três as principais formas de demissão:

a) demissão “direta” – ocorre individualmente ou através de listas de nomes de funcionários. Contudo, os metalúrgicos têm resistido às várias tentativas de demissão em massa ou demissões caracterizadas por “perseguição” da gerência sobre os militantes sindicais. Através de greves, paralisações e negociações, os metalúrgicos conquistaram o direito de avaliar as demissões “diretas”, com ou sem justa causa, passando pelo crivo dos representantes de comissão de fábrica (quando há) e dos representantes sindicais (quando o sindicato responde aos interesses dos trabalhadores). Os principais casos, em quantidade, são os funcionários considerados pela empresa como “baixa performance”, o processo de terceirização ou deslocamento de linhas de produção para outras fábricas da empresa.

b) demissão “indireta” – forma mascarada de demissão direta, ocorre pelos chamados “pacotões” ou “bolsões”. No primeiro caso, a empresa informa aos trabalhadores sobre o Plano de Demissão Voluntária (PDV), indicando o número de “pacotes” disponíveis e quais as condições para a demissão, de forma a atrair os trabalhadores. No segundo caso, os “bolsões”, os planos são acompanhados

de lista de nomes pré-determinados pela administração, cujos trabalhadores relacionados têm como opção sair pelo PDV ou é simplesmente demitido sem qualquer auxílio dos “pacotões”. Também neste caso a justificativa para os “cortes de pessoal” é a eliminação de funcionários “baixa performance”.

c) demissão “semidireta” – forma comum de a empresa provocar a demissão voluntária, “convidando” informalmente o funcionário para aderir ao PDV.

Inicialmente os PDVs eram direcionados aos aposentados e aos funcionários mais antigos. Conforme a recessão dos anos 1990 foi se aprofundando, as empresas aumentaram o ritmo da reestruturação, aplicando novos métodos organizacionais e liberando trabalhadores da produção, as demissões voluntárias foram sendo direcionadas aos demais trabalhadores, também considerados “baixa performance”. Até 1995, cada montadora não tinha sequer dez robôs em cada fábrica. Atualmente, as montadoras de automóveis, que modernizaram suas linhas de produção ou se instalaram em novas plantas, apresentam 200, 300 ou mais robôs, além de vários novos processos informatizados e automatizados interligados com a produção.

Através da adoção de novos equipamentos e da automação, a lesão por esforço repetitivo (L.E.R.) também passou a ser uma doença do metalúrgico. Hoje, as categorias que mais apresentam LER são os bancários, seguidos pelos metalúrgicos. As doenças profissionais são as principais causas da “baixa performance”, ou baixa produtividade. Mesmo com o rodízio de funções que diminui a incidência de LER, muitos trabalhadores estão sendo atingidos pela doença, inclusive aqueles com pouco tempo de fábrica.

Com ritmo de trabalho intenso, há um momento em que o trabalhador precisa de cuidados médicos, e independentemente da quantidade de

anos na empresa, as faltas são um dos indicadores da “baixa performance”. Há relatos de representantes de CIPAs sobre colegas de fábrica trabalhando doentes, com atestado médico no bolso, para evitar as faltas. Restrições médicas, da mesma forma como as doenças profissionais, são consideradas pela gerência administrativa como “baixa performance”, pressionando psicologicamente o funcionário a pedir demissão. Nestes casos, as CIPAs mais atuantes seguem dando apoio ao trabalhador, exigindo o reconhecimento de doenças profissionais junto ao departamento médico ou apontando os setores mais adequados para aqueles com restrições médicas. Muitas empresas, ainda assim, isolam os trabalhadores, deixando-os sem função nos corredores até que estes, sentindo-se humilhados, entrem no PDV. Em entrevista com representantes de CIPA, em outra montadora em São Bernardo do Campo, no final de 1995, soubemos que a empresa contava com 8,5 mil funcionários e ao implantar uma linha de produção com novas tecnologias de produção, eliminaria 3,5 mil postos de trabalho em até três anos, iniciando os cortes com “pacotes”, “bolsões”, e depois transferindo os metalúrgicos para canteiros de obras da empresa ou para fábricas em outros municípios.

Nas empresas onde as comissões de fábrica não foram consolidadas, como é o caso da maioria das empresas de autopeças e montadoras antigas, localizadas fora de São Bernardo do

Campo, os funcionários da CIPA têm o papel fundamental de garantir condições mínimas de segurança no trabalho e politizar os trabalhadores, conforme relatou representante de CIPA de uma montadora de São Caetano do Sul, em entrevista recente. Mesmo tendo como presidente um funcionário escolhido pela gerência da empresa, as CIPAs têm condições de atuar independente do sindicato local, principalmente quando este atua em desacordo com os interesses dos trabalhadores (Força Sindical, etc.) resistindo a diversas formas de pressão por parte da empresa.

Outro mecanismo utilizado no toyotismo para a diminuição de encargos com pessoal, é por meio da terceirização de serviços e de setores produtivos – que não se constitui somente na transferência gradativa do conflito entre capital e trabalho para terceiros, lembrando que as condições de trabalho nas empresas terceirizadas são inferiores –, firmada em contratos de serviços ou de fornecimento sob o regime de *just in time*, que exige o máximo com menor custo. Isto permite às prestadoras de serviços (semelhantes às empreiteiras ou “gatos”) e aos fornecedores pagarem salários abaixo da média dos metalúrgicos. Por outro lado, a terceirização vem sendo acompanhada pela economia de processos e materiais, que também resulta na eliminação de postos de trabalho na cadeia de produção, como é o caso do fornecimento de sistemas de alto valor agregado (câmbio, direção, freios,

chassis, amortecedores, etc.), ou sistemas de menor valor agregado (retentores, mangueiras, filtros, bronzinas, chicotes, anéis, vedações, etc.).

A produção baseada no sistema *just in time*, determina um número mínimo de trabalhadores com maior responsabilidade pela qualidade de produção de cada funcionário. A empresa busca imprimir um ambiente familiar no trabalho, para diminuir atritos, bem como adotar equipamentos sofisticados que diminuam o esforço dos trabalhadores e possíveis doenças. O ambiente econômico recessivo e os avisos espalhados pelas fábricas sobre queda no consumo (indicativo de demissão) e dados comparativos de concorrentes (salários, demissões, benefícios, etc.) completam o ambiente “coercitivo” (Coriat, 1994), mas não deixando de estimular as sugestões dos trabalhadores para melhorias em processos de produção e na organização do trabalho.

Na indústria automobilística, o município de São Bernardo do Campo representa, em média, a maior remuneração paga aos metalúrgicos, o que de certa forma torna-se referência para as demais regiões produtoras de veículos, mas também sofre pressão para redução dos benefícios e ganhos salariais. Ou seja, enquanto os trabalhadores das novas fábricas almejam salários próximos aos dos trabalhadores do grande ABC, as empresas pressionam os trabalhadores

Salário por Funções, 2001						(R\$ por hora)
Função	Fiat Betim	Ford SBC	Volks SBC	Scania SBC	Mercedes JF	
Aux. de produção	3,27	2,63	5,72	5,03	-	
Almoxarife	4,11	5,52	8,65	-	-	
Ferramenteiro	4,69	11,51	10,63	10,21	6,79	
Inspetor de qualidade	3,83	6,27	11,53	8,57	6,79	
Mecânico de manutenção	6,08	7,48	8,65	8,57	6,79	
Pintor	4,69	6,27	6,58	6,01	2,97	

Fonte: DIEESE/CNM/CUT, 2002, *apud* CNM/CUT/DIEESE, s/d.
* Valores referentes ao menor salário pago nesta função.

dos antigos centros industriais para diminuir seus salários, com o espectro da demissão. Como se observa na tabela acima, as empresas fora da região do ABC apresentam salários inferiores, sobretudo naquelas funções especializadas ou de maior qualificação.

O que se coloca em questão é se haverá o aumento do número de operários que “vestem a camisa da empresa” ou de novos militantes sindicais nas fábricas toyotistas. Em várias novas plantas (Toyota de Indaiatuba, VW Resende, Ford da Bahia, GM de Gravataí, entre outras), os operários estão se organizando (com greves, paralisações) e em alguns casos, conquistando o direito de constituírem comissões de fábrica (VW Resende, desde 1998, e Ford da Bahia, em processo de implantação).

Concluindo, a crise atual não se concentra em uma ou outra categoria profissional, nem em setores isolados da economia. Assim, não basta apenas a adoção de propostas setorializadas de saída da crise sem uma diretriz ampla da economia, que não seriam mais que medidas paliativas ou emergenciais. A saída da crise, conforme Rangel (1985) e Mamigonian (1990, 1999) ocorrerá através de investimentos em pesquisa e desenvolvimento de novas fontes de energia, geração de novas tecnologias através de acordos de *joint venture* (como nos exemplos do Japão, Coreia do Sul, China) entre empresas; em pesquisa pura e aplicada nas universidades públicas; em investimentos na infra-estrutura viária, portuária, saneamento, urbanização, metrô, etc. utilizando-se de recursos ociosos da economia brasileira e poupança interna.

Sem planos nacionais de desenvolvimento, viveremos na utopia que o problema da concentração da renda se resolverá com reforma tributária e a fome com programas de doação de alimentos e, pior, que a crise da previdência social será sanada sem qualquer planejamento econômico para

o futuro do Brasil, mas cobrando mais impostos dos aposentados...

Por fim, deve ser lembrado que para aprovar a desregulamentação da CLT, em especial o artigo 618, o último governo neoliberal dos anos 1990 repassou a seus aliados benefícios de várias ordens. Conforme denúncia do deputado Agnelo Queiroz (PCdoB-DF), a Força Sindical foi contemplada com R\$ 950 mil, através de convênio firmado com a Fundacentro. Três semanas antes da votação na Câmara, a Força Sindical recebeu ainda R\$ 785 mil a título de convênio com o governo. Nenhuma outra central sindical recebeu tal benefício do governo (Jornal do Brasil, 06/12/2001).

* *Marta da Silveira Luedemann é mestranda em Geografia Humana/USP.*

NOTAS

1 - Boyer e Freyssenet (2001) criticam o termo *lean production*, defendendo a existência, atualmente, de três modelos de produção (além do toyotismo, também existe o “sloanismo” e “hondonismo”), que se apresentam de forma diferenciada devido à política de concorrência de cada fábrica e a política econômica de cada país.

2 - A I Revolução Industrial, que inovou com a introdução da máquina a vapor na produção fabril, não ocorreu no interior do mercantilismo holandês dos séculos XVII e XVIII, mas na Inglaterra que entrou atrasada na expansão marítima mercantilista, posterior a Gênova, Portugal, Espanha e Holanda. Também a II Revolução Industrial surgiu na periferia do sistema capitalista, na Alemanha, no último quartel do século XIX, sendo superada em seguida pelos Estados Unidos, antiga colônia inglesa. Desde a metade do século XX o Japão vem desenvolvendo as bases da III Revolução Industrial, podendo ser superado pela China antes da primeira metade deste século.

3 - A presente revolução industrial, emergida do Japão, ainda não está completa quanto à base energética.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Ricardo

(1995) *Adeus ao Trabalho?* S. Paulo, Cortez; Campinas, Ed. Unicamp.

BATISTA Jr.

(1997) “Mitos da ‘Globalização’”. *Estudos Avançados*, nº 52, São Paulo, IEA/USP.

BOYER, R. e FREYSSEBET, M.

(2001) “Le Monde qui a Change la Machine”. *Les Actes du GERPISA*. n. 31, abril, pp. 41-73.

CNM/CUT/DIEESE

(s/d) *Emprego, Salários e Condições de Trabalho na Fiat*. São Paulo, Subseção Dieese.

CORIAT, Benjamin

(1994) *Pensar ao avesso*. Rio de Janeiro, Revan/UFRJ.

GONÇALVES, R. e POMAR, V.

(2000) *O Brasil Endividado*. São Paulo, Perseu Abramo.

HIRATA, H. e ZAFIRIAN, P.

(1991) “Força e Fragilidade do Modelo Japonês”. In: *Estudos Avançados*, São Paulo, 12(5), IEA/USP.

MAMIGONIAN, A.

(1982) “Tecnologia e Desenvolvimento Desigual no Centro do Sistema Capitalista”. In: *Rev. Ciências Humanas*, nº 2, Florianópolis: Ed. da UFSC.

MAMIGONIAN, A.

(1990) “A Industrialização da América Latina: o Caso Brasileiro”. *Orientação*, nº 8, São Paulo, IG/USP.

MAMIGONIAN, A.

(1999). “Capitalismo Fim de Século: Nacionalismo e Etnias” *Revista da ADUSP*, nº 18, out. 1999.

MARX, K.

(1980) *O Capital*. livro 1. Rio de Janeiro, Civ. Brasileira, 6ª ed.

MENELEU NETO, J.

(1996) *Neoliberalismo e Reestruturação Produtiva*. São Paulo, Cortez; Fortaleza, Univ. Est. do Ceará.

POCHMANN, M.

(1999) *O Trabalho sob Fogo Cruzado*. São Paulo, Contexto.

POCHMANN, M.

(2001) *A Década dos Mitos*. São Paulo, Contexto.

RANGEL, I.

(1982) *Ciclo, tecnologia e crescimento*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

RANGEL, I.

(1985) *Economia: milagre e anti-milagre*. Rio de Janeiro, Zahar. 2ª ed.

SANTOS, Milton

(1979) *Espaço e Sociedade*. Petrópolis, Vozes.